

**PROCESSO:** SMA 13.785/00

**INTERESSADO:** Cimento Rio Branco S/A.

**ASSUNTO:** Licença Ambiental Prévia – LP da implantação das Minas Capoavinha e Xisto para extração de xisto argiloso e áreas de apoio relacionadas

**MUNICÍPIO:** Salto de Pirapora

### 1. INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico nº 14.190/11/TAEM elaborado pelo Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental - TA, para subsidiar o licenciamento ambiental prévio do referido empreendimento.

A implantação do empreendimento tem como objetivo o fornecimento de matéria-prima, xisto argiloso, para fábrica de cimento portland da Cimento Rio Branco S.A. - Unidade Fabril de Salto de Pirapora, que encontra-se em plena produção.

### 2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Trata-se da extração de minério que se dará em duas novas cavas na Mina Capoavinha, Capoavinha 1 (12 ha) e Capoavinha 2 (6,5 ha) e uma na Mina Xisto (17 ha), esta já explorada preteritamente. O método de lavra empregado para extração do minério é a lavra a céu aberto, em cava, com desenvolvimento em bancadas, utilizando desmonte por explosivos, na Mina Xisto e desmonte por escavadeiras na Mina Capoavinha.

Uma vez que a atividade pretendida se localiza em área contígua à exploração de calcário e ao Complexo Industrial, de propriedade do mesmo empreendedor, toda a infraestrutura de apoio, além das instalações necessárias ao processo de beneficiamento serão as mesmas que atendem a atual produção de cimento, que encontram-se devidamente licenciadas.

Serão necessários 13 funcionários para a produção de 20.000 t/mês de minério.

Prevê-se que a jazida mineral explorada pelo empreendimento alcance a exaustão em um período de 37 anos.

### 3. AVALIAÇÃO DOS PRINCIPAIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Com relação à **compatibilidade com os aspectos legais**, foi apresentada a manifestação da Prefeitura Municipal, informando que o empreendimento está em conformidade com o uso e ocupação do solo. Quanto à regularidade no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, foi apresentada declaração daquele órgão atestando que a empresa é titular dos Processos DNPM 804.348/68 e 803.460/75, e que os respectivos Planos de Aproveitamento Econômico estão em condições de aprovação.

Também foi avaliada a **compatibilidade do empreendimento com áreas protegidas** e verificado que na região existe a Floresta Nacional – Flona de Ipanema, a Área de Proteção Ambiental – APA da Represa de Itupararanga e o Parque Natural de Preservação Ambiental Olésio dos Santos, dentro do perímetro do município de Salto de Pirapora. Entretanto o empreendimento não será implantado nas áreas protegidas ou em suas respectivas áreas de influência, portanto não foi necessária a manifestação dos órgãos gestores dessas unidades. Em relação às Áreas de Preservação Permanente – APPs, foi solicitado ao empreendedor, por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Instalação - LI, imagem georreferenciada com as diversas etapas do desenvolvimento da lavra, a fim de demonstrar a proteção e a não intervenção sobre as mesmas.

A movimentação de solo orgânico, minério e estéril, tanto na cava, quanto nas áreas de bota-fora, em área de alta suscetibilidade à erosão, podem ocasionar a **indução a**

**processos de dinâmica superficial** com o desencadeamento e/ou a intensificação de processos erosivos e assoreamento de cursos d'água. Para mitigar esse impacto foi proposto pelo empreendedor a implementação de ações com objetivo de garantir a manutenção da estabilidade da cobertura pedológica exposta. Foi solicitado ao empreendedor, para próxima fase do licenciamento, um Plano de Controle de Processos Erosivos e Assoreamento.

As atividades desenvolvidas no empreendimento potencializam alterações nas características físicas da água, decorrentes dos incrementos da turbidez e do assoreamento, devido à movimentação de solos, depósitos de materiais finos, beneficiamento e supressão de vegetação e poderão resultar na **alteração da qualidade das águas superficiais** nas sub-bacias dos rio Pirapora e Ipanema. Visando minimizar tais impactos foi solicitado ao empreendedor detalhamento do Plano de Controle e Monitoramento da Qualidade das Águas.

A emissão de material particulado a partir do transporte e da própria extração do xisto argiloso, tais como partículas do minério em suspensão e poeira decorrente do fluxo de caminhões em vias não pavimentadas, assim como a emissão de gases provenientes de motores a combustão podem gerar **alteração da qualidade do ar**. Para mitigar e monitorar o impacto, foi solicitado ao empreendedor para fase de LI, um Plano de Controle da Qualidade do Ar, contendo procedimentos tais como o enlonação de caminhões, umectação das áreas de intervenção, aplicação de coletores de pó nos equipamentos de perfuração e otimização no uso de explosivos.

Quanto ao meio biótico, haverá supressão em 18,5 ha de cultivo intensivo de Eucalyptus para implantação da Mina Capoavinha e 2,44 ha para Mina Xisto. Como forma de mitigar a degradação da área e **perda de habitats** oriunda da supressão, foi proposta regularização da gleba por meio da criação de área de Reserva Legal e da revegetação de APPs. Para obtenção da LI, foi solicitada a quantificação das áreas objeto de interferências pretéritas na área da Mina Xisto (vegetação nativa e APP de Topo de Morro), visando a aplicação da Resolução CONAMA 369/06. Foi solicitado ainda, para atendimento à Resolução SMA 130/10, o reflorestamento de 17,75 ha.

Em relação à fauna silvestre os estudos identificaram na ADA e AID, 8 espécies ameaçadas de extinção, segundo o Decreto Estadual 56.031/10. Visando mitigar as **interferências com a fauna** serão adotadas medidas de acompanhamento da supressão, salvamento da fauna silvestre, aplicação de placas sinalizadoras da ocorrência da fauna, e programas de monitoramento de fauna e educação ambiental. Para obtenção da LI, foi solicitado que no Programa de Monitoramento da Fauna sejam contempladas metodologias específicas para as espécies ameaçadas de extinção, sobretudo para o *Chrysocyon brachyurus* (lobo guará), além do detalhamento do Programa de Educação Ambiental, que deverá ter como objetivo a conscientização ambiental dos funcionários, inclusive dar ciência aos operadores e motoristas da importância da fauna, dos riscos e consequências de seu atropelamento, e estender-se para as escolas e centros comunitários visando capacitar professores e líderes comunitários como agentes multiplicadores no município de Salto de Pirapora.

Para a minimização do **impacto visual** causado pela ampliação da área de lavra e pela mudança do uso de solo nas áreas vizinhas, nos usuários da estrada municipal do Piraporão, limítrofe ao empreendimento, e na população residente no entorno do empreendimento, foi solicitada a apresentação de Projeto de Implantação de Cortina Vegetal no entorno da área.

A emissão de ruídos pela atividade, o tráfego de veículos em vias internas a bairros, além da vibração e sobrepressão devido ao desmonte de rocha por meio de explosivos poderão gerar **desconforto ambiental**, que assume maior significância em função da proximidade de residências ao empreendimento. Foi solicitada a apresentação de um Plano de Controle

de Ruídos, Vibração e Pressão Acústica, um Programa de Comunicação à População, e em atendimento à demanda exposta em Audiência Pública, foi solicitado um convênio com a Prefeitura do município, contendo ações de participação em projetos ambientais municipais, além de fomento à educação ambiental, por ocasião da solicitação da LI.

No que se refere às **interferências no sistema viário**, o equipamento urbano mais afetado pela operação do empreendimento é a Estrada Municipal do Piraporão, via não pavimentada que faz limite com a área da Mina Xisto, utilizada pela empresa para o transporte do minério entre a cava e o beneficiamento, para escoamento do xisto extraído no local. Esta via também é utilizada pela população local, pois faz a ligação entre as cidades de Salto de Pirapora e Piedade. Foi solicitada, para LI, a implementação de um Programa de Conservação e Controle das Vias que inclui medidas como sistema de drenagem, proteção de taludes, previsão de pavimentação da via, sinalização e implantação de redutores de velocidade, além de uma proposta de convênio entre a Cimento Rio Branco e a Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora, considerando alternativa locacional para estrada municipal.

No que se refere a **interferências em patrimônio arqueológico**, como o empreendimento está inserido em área classificada como de alto potencial arqueológico, cabe ao interessado, em caso de encontro fortuito de evidências arqueológicas, comunicar o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em atendimento ao disposto na Portaria IPHAN 230/02. Ainda, para a obtenção da LI, deverá ser apresentada manifestação do IPHAN a respeito dos Programas de Educação Patrimonial e de Prospeção Arqueológica Intensiva.

#### 4. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

O EIA não apresenta propostas para alocação dos recursos da Compensação. Entretanto, existe no município o Parque Natural de Preservação Ambiental Olésio dos Santos, criado pela Lei Complementar Municipal 008/2005. Este tipo de Unidade de Conservação, segundo a Lei Federal nº 9.985/00, é passível de recebimento de recursos a serem destinados pelo empreendedor.

A destinação de recursos da compensação ambiental será definida pela Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Para a emissão da Licença Ambiental de Implantação deverá ser firmado o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA com a SMA.

#### 5. CONCLUSÃO

Em função do exposto, entende-se que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que sejam atendidas as medidas propostas no EIA, além das exigências do Parecer Técnico nº 14.190/11/TAEM. Nestes termos, a equipe do TA submete ao CONSEMA a apreciação e deliberação sobre a concessão da Licença Ambiental Prévia – LP para a implantação das áreas de lavra de xisto argiloso, sob responsabilidade da Cimento Rio Branco S/A.

São Paulo, 11 de março de 2011

**ORIGINAL DEVIDAMENTE ASSINADO**

Biól. **Mayla Matsuzaki Fukushima**

Gerente em exercício

Reg. 6594 - CRBio 31165/01-D